

OS CADERNOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL (1959-1965)

Walna Patrícia de Oliveira Andrade

Universidade Federal de Sergipe - UFS

walnaandrade77@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação apresenta compreensões sobre as contribuições dos Cadernos de Orientação Educacional, publicados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, na formação dos orientadores educacionais que atuavam nos ginásios de aplicação dos estados de Sergipe e Pernambuco. O objetivo foi analisar a atuação do Serviço de Orientação Educacional, presente nessas instituições, por meio das informações obtidas através desse material. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na perspectiva da História Cultural, tendo como aporte teórico Chartier (1988), a partir das categorias de representação, práticas e apropriação. O Serviço de Orientação Educacional teve sua regulamentação nas escolas por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei no. 4.244 de 1942). A função desse serviço era orientar diretamente os alunos no tocante aos estudos e à escolha profissional, colaborando também, com esse mesmo objetivo, com o trabalho do corpo docente. Com a criação dos ginásios de aplicação (Decreto-Lei no. 9.053 de 1946), a implantação e a estruturação do SOE nessas instituições deveriam obedecer à Lei 4.244/1942. Contudo, essa lei não definia qual seria a formação específica dos profissionais que atuariam no SOE das escolas de ensino secundário, e assim, de forma generalizada, indicava que tanto os orientadores educacionais quanto os demais professores deveriam receber uma formação conveniente, em cursos superiores apropriados. Somente no ano de 1968 é promulgada uma lei que dispõe sobre a formação do orientador educacional, a de nº. 5.564/68. Devido a esse panorama, a criação da CADES por meio do decreto no 34.638 de 17 de novembro de 1953, foi muito importante, visto que com essa campanha acontece uma maior preocupação com a produção de materiais destinados a formação dos orientadores educacionais brasileiros. Entre os anos de 1959 e 1965, a CADES publicou 25 livros intitulados Cadernos de Orientação Educacional, esses cadernos circularam por todo o território nacional e em outros países como Espanha e Peru, sendo que alguns exemplares chegaram a ter três edições. Com o objetivo de fazer chegar aos ambientes escolares materiais que contribuíssem com um melhor direcionamento no trabalho dos orientadores educacionais, os cadernos possibilitaram a esses profissionais uma melhor clareza a respeito de suas funções. As publicações da CADES demonstravam uma preocupação do Ministério da Educação e Cultura – MEC – com a formação do orientador educacional em um período no qual a legislação sobre essa profissão ainda estava sendo construída e promulgada. Os cadernos de Orientação Educacional se encontram depositados no acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – FEUSP.

Palavras-chave: Cadernos de Orientação Educacional. Ginásios de Aplicação. Orientação Educacional.

Este texto apresenta compreensões iniciais sobre as contribuições dos Cadernos de Orientação Educacional, publicados pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), na formação dos orientadores educacionais que atuavam nos ginásios de aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)¹ e da Universidade do Recife (UR)². O objetivo foi analisar a formação dos orientadores educacionais, presentes nessas instituições, por meio das informações obtidas nesse material. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na perspectiva da História Cultural, tendo como aporte teórico Chartier (1988), a partir das categorias de representação, práticas e apropriação.

O Serviço de Orientação Educacional (SOE) teve sua regulamentação nas escolas por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244, de 1942). A função desse serviço era orientar diretamente os alunos no que se refere aos estudos e à escolha profissional, colaborando também, com esse mesmo objetivo, com o trabalho do corpo docente. Com a criação dos ginásios de aplicação (Decreto-Lei n.º 9.053, de 1946), a implantação e a estruturação do SOE nessas instituições deveriam obedecer à Lei 4.244/1942, que estabelece:

Art. 81. É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar por que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica (BRASIL, 1942).

Contudo, essa lei não definia qual seria a formação específica dos profissionais que atuariam no SOE das escolas de ensino secundário, e assim, de forma generalizada, indicava que tanto os orientadores educacionais quanto os demais professores deveriam receber uma formação conveniente, em cursos superiores apropriados. Somente no ano de 1968 é promulgada uma lei que dispõe sobre a formação do orientador educacional, a de n.º 5.564/68. De acordo com essa lei, esse profissional deveria ter formação superior em Pedagogia, com habilitação em orientação escolar e cumpriria os papéis de educador, de conselheiro pedagógico e de investigador das relações dos alunos no ambiente, tanto escolar quanto familiar (BRASIL, 1968).

¹ A partir de maio de 1968, a Faculdade Católica de Filosofia e o Colégio de Aplicação são incorporados à Fundação Universidade Federal de Sergipe (CEMDAP, 1992).

² Em 11 de agosto de 1946 é criada a Universidade do Recife (UR), por meio do Decreto-Lei da Presidência da República n.º 9.388, de 20 de junho de 1946. No ano de 1965, a Universidade do Recife é integrada ao grupo de instituições federais do país, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1998).

Devido a esse panorama, a criação da Cades, por meio do decreto n.º 34.638 de 17 de novembro de 1953, foi muito importante, visto que com essa campanha acontece uma maior preocupação com a produção de materiais destinados à formação dos orientadores educacionais brasileiros. Entre os anos de 1959 e 1965, a Cades publicou 25 livretos intitulados *Cadernos de Orientação Educacional*, esses cadernos circularam por todo o território nacional e em outros países como Espanha e Peru, sendo que alguns exemplares chegaram a ter três edições. Com o objetivo de fazer chegar aos ambientes escolares materiais que contribuíssem com um melhor direcionamento no trabalho dos orientadores educacionais, os cadernos possibilitaram a esses profissionais uma melhor clareza a respeito de suas funções. Porém, a história intelectual não pode ilusoriamente acreditar que os vários campos de discursos ou de práticas são constituídos de forma única, com objetos cujos contornos ou conteúdo são invariáveis, pois são as descontinuidades, as diferenças e as contradições, que de acordo com as épocas, devem ser estabelecidos como centrais (CHARTIER, 1988).

Esta é uma pesquisa histórica, de cunho documental, apoiada nas possibilidades geradas a partir da História Cultural, que deixa de considerar apenas os documentos denominados oficiais como fontes de comprovação e passa a considerar como tal todo produto humano ou de seu vestígio, sua herança material e imaterial, que possa servir como base para a construção do conhecimento histórico. “Finalmente, uma outra tomada de consciência coletiva reconheceu que, para abordar esses domínios novos, as metodologias clássicas não eram suficientes” (CHARTIER, 1988, p. 46). Neste sentido, esta investigação utilizou como fonte 23³ dos 25 Cadernos de Orientação Educacional citados acima e, por meio das informações encontradas neles, analisou alguns aspectos da formação dos orientadores educacionais brasileiros.

Para cumprir a propositura estabelecida neste trabalho, o presente texto está dividido em duas seções. Na primeira busca-se compreender as contribuições da Cades na formação dos orientadores educacionais brasileiros. Na segunda seção, são analisados os Cadernos de Orientação e como as ideias presentes nessa fonte foram apropriadas e contribuíram com a formação dos orientadores educacionais que atuavam nas duas instituições analisadas nesta pesquisa, os ginásios de aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e da Universidade do Recife.

³ Os cadernos de número 5 e 15 não estão salvaguardados na Biblioteca da Feusp, por isso não foi possível acesso a eles.

A CADES e a orientação educacional

A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) foi instituída no governo de Getúlio Vargas, sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Secundário, na gestão de Armando Hildebrand, tendo por finalidade, de acordo com seu artigo 2:

- a) Tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e possibilidades dos estudantes bem como às reais condições e necessidades do meio a que a escola serve, conferindo, assim, ao ensino secundário maior eficácia e sentido social.
- b) Possibilitar a maior número de jovens brasileiros acesso à escola secundária (BRASIL, 1953).

Essa campanha tinha por objetivo difundir e elevar o nível do ensino secundário, propiciando maior eficiência. Neste sentido, realizou cursos e estágios de especialização e de aperfeiçoamento para professores, administradores e técnicos; concedeu bolsas de estudo para que os professores pudessem participar de cursos ou estágios promovidos por entidades nacionais e internacionais; instituiu o Serviço de Orientação Educacional nas escolas; entre tantas outras ações, conforme o artigo 3 do decreto n.º 34.638.

- a) Promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário;
- b) Conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento promovidos por outras entidades, no país ou no estrangeiro;
- c) Colaborar com os estabelecimentos de ensino secundário, em fase de implantação ou reorganização, proporcionando-lhes a assistência de técnicos remunerados pela Campanha;
- d) Promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino das várias disciplinas, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio;
- e) Elaborar e promover e elaboração de material didático, especialmente áudio-visual, para as escolas secundárias;
- f) Estudar e adotar providências destinadas à melhoria e ao barateamento do livro didático;
- g) Organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas, para dar assistência a estabelecimentos distantes dos grandes centros;
- h) Elaborar e aplicar provas objetivas para avaliação do rendimento escolar;
- i) Incentivar a criação e o desenvolvimento de serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário;
- j) Organizar e administrar plano de concessão de bolsas de estudo a alunos bem dotados e de poucos recursos;
- k) Cooperar com os estabelecimentos de ensino secundário no estudo de projetos de prédios, instalações, oficinas escolares e laboratórios adaptados às diversas regiões do país, bem como de novos tipos de mobiliário escolar;

- l) Realizar, diretamente e em cooperação com os órgãos técnicos federais, estaduais e municipais, levantamentos das necessidades e possibilidades das diversas regiões do país quanto à localização da escola secundária;
- m) Divulgar atos, experiências e iniciativas julgadas de interesse ao ensino secundário, bem como promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros;
- n) Promover o esclarecimento da opinião pública, quanto às vantagens asseguradas pela boa educação secundária (BRASIL, 1953).

Como pode ser observado, uma das ações realizadas foi a publicação de periódicos e manuais destinados à formação dos professores, sendo essa uma ação considerada de fundamental importância. Contudo, com a implantação da ditadura civil-militar, por meio do golpe de 1964, a Campanha reduziu a produção, a publicação e a divulgação dos seus materiais, assim como houve a extinção de periódicos importantes como a Revista Escola Secundária que sempre trazia a Orientação Educacional em destaque. Todavia, a Cades continuou promovendo cursos, além de outras atividades e, apesar de o término da Campanha não ter uma data exata, a Lei n.º 5.692 de 1971, que dispõe sobre a reforma do segundo grau, parece ter sido o que pôs o seu fim, ao trazer as licenciaturas plenas e curtas (LUCIO, 2022).

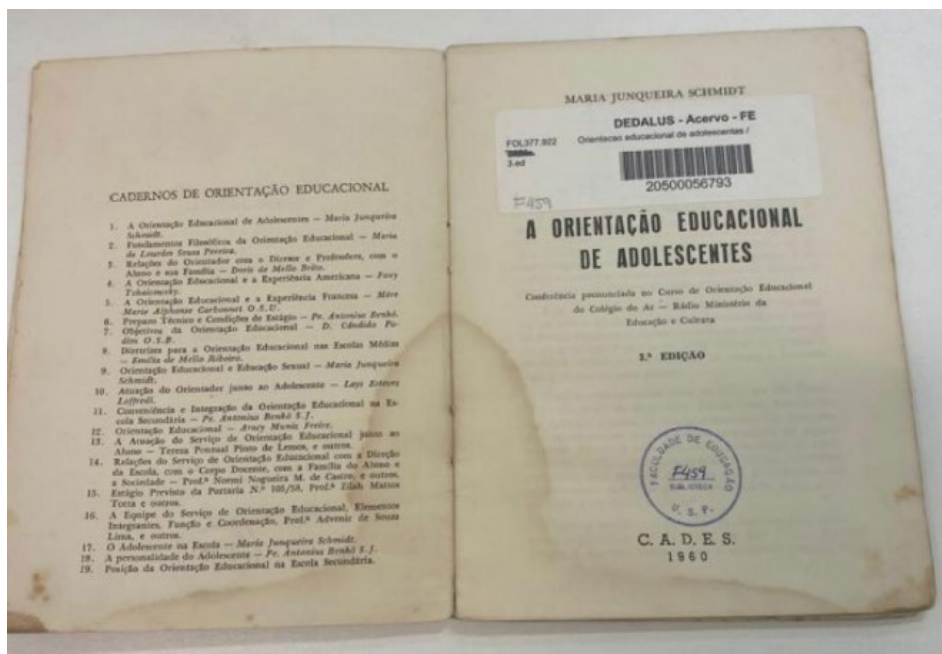
Apesar de a Lei Orgânica do Ensino Secundário não trazer a Orientação Educacional como um serviço obrigatório para as escolas, a Diretoria de Ensino tinha como prioridade a sua implantação devido à relevância que davam à sua função de formadora da personalidade da juventude brasileira e do aproveitamento das suas capacidades. Porém, se faz necessário ressaltar que os discursos não são neutros e produzem estratégias e práticas que visam legitimar projetos e justificar escolhas e condutas. Por conta disso, compreender as lutas de representação permite uma melhor percepção quanto aos mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor suas concepções, seus valores e seu domínio (CHATIER, 1988). Neste sentido, esta ênfase dentro da Cades pela orientação educacional pode ser comprovada por meio da realização de simpósios, seminários, cursos, encontros e inúmeras publicações sobre esse tema, como os *Cadernos de Orientação Educacional*.

Os cadernos de orientação educacional

Os Cadernos de Orientação Educacional (COE) foram produzidos nas gestões de Gildásio Amado e de José Carlos de Mello e Souza, como diretor do Ensino Secundário e como coordenador dos cursos da Cades, respectivamente. Porém, quanto ao Ministério da Educação e Cultura, houve alterações. Nas primeiras edições, Clóvis Salgado era o responsável por esse ministério; já no caderno 20, o Ministro da Educação e Cultura era Brígido Fernandes Tinoco;

e entre os cadernos 21 e 25, o Ministro era Antônio de Oliveira Brito. Nas contracapas dos cadernos eram descritas as edições anteriores, o que facilitou a análise sequencial dos assuntos tratados e dos autores responsáveis por cada um dos textos publicados.

Figura 1. Contracapa do COE de número 1



Fonte: Acervo da Biblioteca da Feusp.

O COE de número 1 contém uma apresentação escrita pelo diretor do Ensino Secundário, Gildásio Amado. Nela, ele discorre sobre o propósito da Diretoria de Ensino Secundário em atender às necessidades da escola secundária brasileira por meio da promoção da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio e do seu trabalho de esclarecimento e estudo a respeito da implantação e desenvolvimento da Orientação Educacional nas escolas brasileiras de ensino de grau médio. Trata sobre o empirismo e a falta de uma sistemática, presentes na atividade educativa do orientador educacional, decorrentes de uma ainda incipiente formação⁴ e por essa ser uma atividade quase inexistente na maioria dos ginásios e colégios do Brasil. Neste sentido, Gildásio Amado enfatiza sobre a importância da publicação da coleção dos Cadernos de Orientação Educacional, que segundo ele:

[...] não de conter o depoimento e a lição de algumas das maiores autoridades brasileiras no presente assunto, pretende a CADES levar a todos que – interessados embora – não lograram participar dos trabalhos já realizados, uma colaboração que esperamos possa rasgar a muitas novas perspectivas para a sua cultura pedagógica e para a sua tarefa educativa (AMADO, 1957, p. 6).

⁴ Em 1957 havia três cursos de formação de orientadores educacionais em todo o país. No ano de 1960 funcionavam cerca de 20 desses cursos (MARQUES *et al.*, 1960).

Quando Gildásio Amado cita os “trabalhos já realizados”, ele estava se referindo ao 1.º Simpósio de Orientação Educacional, ocorrido em São Paulo em julho de 1957; às Jornadas de Estudos para Diretores, organizadas em São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal, nas quais existiram sessões especiais de estudos sobre a Orientação Educacional; às mesas-redondas que ocorreram em Curitiba e Florianópolis para diretores e professores locais, dirigidas por equipes de especialistas enviadas pela Cades; às aulas sobre Orientação Educacional difundidas pela Rádio durante o Curso de Orientação para professores em colaboração com o Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação e Cultura; e às semanas dedicadas ao mesmo tema, que aconteceram em São Paulo e no Distrito Federal em numerosos colégios, com conferências direcionadas a pais e professores.

Alguns dos COE foram publicações oriundas das aulas sobre Orientação Educacional difundidas pelo Colégio do Ar⁵ – Rádio Ministério da Educação e Cultura, por meio do Serviço de radiodifusão. Contudo, a maior parte dos Cadernos de Orientação Educacional foram publicações resultantes de conferências sobre Orientação Educacional, ocorridas em diversos estados brasileiros no período da publicação desse material.

Quadro 1. Publicações resultantes de conferências em simpósios, jornadas e encontros

Nº	Autor(a)	Título	Caderno	Ano
01	Fany Tchaicowsky	Orientação Educacional e a Experiência Americana – Conferência apresentada no 1.º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho 1957	04	-
02	Pe. Antonius Benko	Preparo Técnico e Condições de Estágio – Conferência apresentada no 1.º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho de 1957	06	-
03	D. Candido Padim	Objetivos da Orientação Educacional – Conferência apresentada no 1.º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho de 1957	07	-
04	Emília de Mello Ribeiro	Diretrizes para a Orientação Educacional nas Escolas Médias – Conferência pronunciada na 1.ª Jornada de Diretores, de Porto Alegre, 1957	08	1960
05	Lays Esteves Lofredi	Atuação do Orientador junto ao Adolescente – Conferência proferida na Semana de Orientação Educacional do Distrito Federal	10	1960

⁵ A partir da década de 1940, o programa Colégio do Ar foi sucesso de audiência. Em 1954, foram matriculados 6,5 mil alunos. O programa era diário e era apresentado às 7h e às 20h. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Nº	Autor(a)	Título	Caderno	Ano
06	Pe. Antonius Benko	Convivência e Integração da Orientação Educacional na Escola Secundária – Conferência proferida na 1.ª Jornada de Diretores de Porto Alegre	11	1960
07	Tereza Pontual Pinto de Lemos	A Atuação do Serviço de Orientação Educacional junto aos Alunos: individualmente ou em grupo – Trabalho apresentado no 3.º Simpósio de Orientação Educacional	13	1959
08	Noemi Nogueira Meire de Castro	Relações do Serviço de Orientação Educacional com a Direção da Escola, com o Corpo Docente, com a Família do Aluno e a Sociedade – Trabalho apresentado no 2.º Simpósio de Orientação Educacional pela 3.ª Comissão de estudos	14	1959
09	Adevenir de Souza Lima	A Equipe do Serviço de Orientação Educacional, Elementos Integrantes, Função e coordenação – Trabalho Apresentado no 3.º Simpósio de Orientação Educacional	16	-
10	M.ª Junqueira Schmidt	O Adolescente na Escola – Conferência proferida no “Encontro de Educadores”, de Belo Horizonte, em fevereiro de 1959	17	1960
11	Pe. Antonius Benko	A personalidade do adolescente – Conferência proferida no “Encontro de Educadores”, de Belo Horizonte, em fevereiro de 1959	18	1960
12	Newton Sucupira	A Orientação Educacional e o Problema da Educação Social – Trabalho apresentado no 3.º Simpósio de O. E.	20	1961
13	Pe. Herádio Conduru P. Marques	Orientação Educacional e a Direção da Escola Secundária – Trabalho apresentado no 3.º Simpósio de O. E.	22	1961
14	Mere Alphonse Carbonnet	A Orientação Educacional e a Escola – Atividades Extraclasse, Serviços Médicos, Recreação – Trabalho apresentado no 3.º Simpósio de O. E.	23	1962
15	Dom Candido Padin	Orientação Educacional e a Escola – Corpo Docente – Trabalho apresentado no 3.º Simpósio de O. E.	24	1962

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos Cadernos de Orientação Educacional.

O 1.º Simpósio de Orientação Educacional definiu a Orientação Educacional como um serviço permanente, que deveria ser organizado com base científica e técnica, cujos objetivos eram o melhor ajustamento dos alunos à vida escolar e a realização vocacional. Esses objetivos continuaram presentes nos eventos seguintes, a exemplo do 3.º Simpósio de Orientação Educacional, que, em conformação com a questão do ajustamento, trouxe a discussão no sentido de que, para ser consolidado, deveria haver a união das forças que influenciariam sua formação,

no caso a família e a escola. No Encontro Nacional de Educadores foram discutidas as atribuições do orientador educacional, que deveria coordenar o programa geral da escola com a vida da comunidade e da família do aluno, a fim de integrar todas as influências educativas, o que reforçou a discussão ocorrida anteriormente, no 3.º Simpósio de Orientação Educacional, e que foi reafirmada no 3.º Seminário Nacional de Orientação Educacional (GRINSPUN, 1976). Esses eventos foram promovidos pela Cades e tinham o objetivo de intercambiar experiências vivenciadas pelos orientadores educacionais nas escolas onde trabalhavam, além de discutir sobre sua formação e atuação.

No que tange à autoria dos textos dos COE, a maior parte era de profissionais oriundos dos estados do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Autores de São Paulo e do Rio Grande do Sul também se fizeram presentes, contudo em menor quantidade. Houve autores também de Minas Gerais, Pernambuco e Goiás. Esses profissionais discutiram, em seus textos, diversos temas relacionados à Orientação Educacional, sendo que o trato com os adolescentes, público do Ensino Secundário, esteve presente em muitos dos cadernos. O cunho religioso de vertente católica também é presença constante.

Nesses cadernos, que podem ser considerados verdadeiros manuais para a compreensão teórica e prática de como o serviço deve ser prestado pelo orientador educacional nas escolas secundárias, estão presentes questões filosóficas sobre quem é esse adolescente, também recebendo relevância os estudos do campo da psicologia. Sobre a formação do orientador educacional, são discutidas a pouca experiência brasileira e as dificuldades na formação de um currículo que atendesse esta demanda. Neste ínterim, são apresentados conceitos, fundamentos e a importância do preparo técnico, com métodos de trabalho individual e em grupo, além da finalidade da orientação educacional. As relações com as famílias, os docentes e equipe diretiva também recebem destaque nas páginas dos Cadernos de Orientação Educacional.

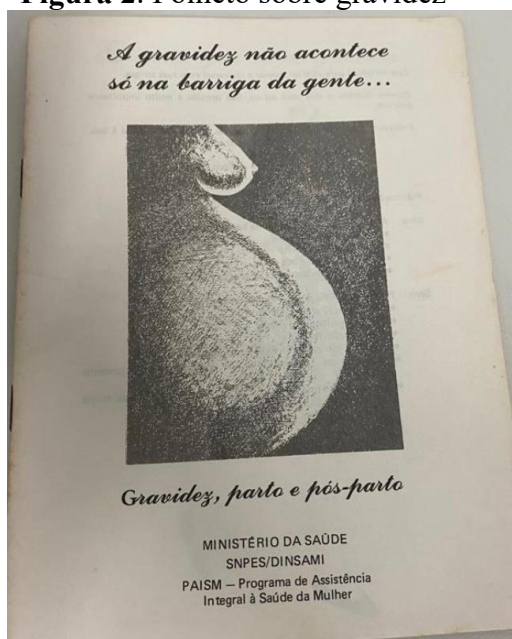
No Brasil, a Orientação Educacional teve início conforme o modelo norte-americano, no campo específico da Orientação Vocacional, com a influência marcante do aconselhamento “*counseling*”, assim como da orientação educacional francesa, sob a influência da “*psychologie scolaire*”. Os programas de orientação norte-americanos foram construídos em quase todas as escolas secundárias daquele país, tinham a importância de um departamento, no qual trabalhavam diversos profissionais, e não se ligavam de modo direto ao trabalho docente de instruir. Na França, a orientação teve seu desenvolvimento como um serviço de psicologia escolar; sua finalidade era conhecer o discente, e o psicólogo escolar era o profissional responsável por esse serviço. Tal profissional deveria elaborar um dossiê com todas as informações disponíveis sobre o aluno, e a partir desse material, assessorar os familiares e docentes na tarefa de educar. Seu trabalho era exclusivamente baseado na aplicação de testes,

e a técnica privilegiada nesse modelo era o do aconselhamento diretivo. Este modelo de aconselhamento está vinculado aos princípios da interação social, que tem como objetivos o ajustamento do aluno ao meio e a remoção dos obstáculos para a sua aprendizagem (KUMM, 2009). Os dois modelos, tanto o norte-americano quanto o francês, constituíram a base da Orientação Educacional brasileira e, apesar de serem operacionalizados de modos diferentes, estavam assentados em um mesmo tipo de concepção de sociedade, na qual o aluno deve se ajustar ao meio.

É importante ressaltar que, visando propiciar o desenvolvimento e a utilização de comportamentos adequados para se viver de forma equilibrada em uma sociedade, a OE acreditava que estava a contribuir para o bem-estar social. Analisando as palavras ou termos mais constantes nos cadernos, em ordem quantitativa estão aconselhamento, ajustamento, testes psicológicos, desajustamento, adaptação e casos-problema. O que contribui para a percepção da presença das duas vertentes nos Cadernos de Orientação Educacional, tanto a norte-americana quanto a francesa.

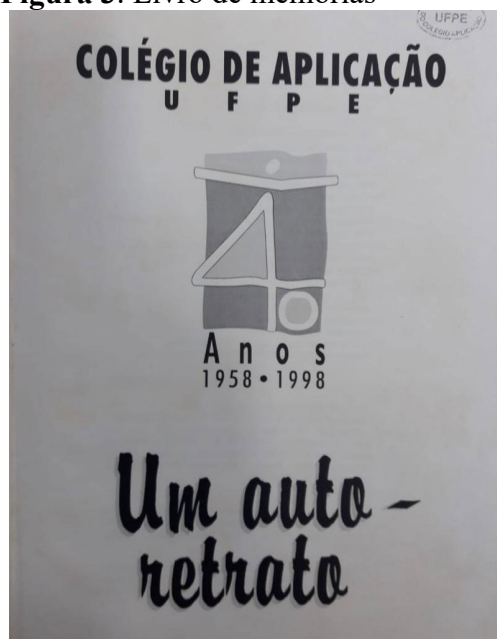
Apesar de os Cadernos de Orientação Educacional terem circulado pelo Brasil e até em outros países, como já foi relatado no texto, não foram encontrados vestígios sobre sua passagem nas instituições pesquisadas por este trabalho. Contudo, como a maioria dos COE foram oriundos de conferências realizadas em simpósios, jornadas e encontros voltados para a Orientação Educacional e como esses eventos contaram com a presença de orientadores do todo o Brasil, tem-se a explicação de como as ideias presentes nos cadernos foram amplamente trabalhadas pelos serviços de orientação educacional dos ginásios de aplicação de Sergipe e Pernambuco. Assuntos como orientação sexual na adolescência, convivência familiar e técnicas de estudo, sempre presentes nos COE, foram encontrados em diversos materiais do período analisado, salvaguardados nessas instituições.

Figura 2. Folheto sobre gravidez



Fonte: Acervo do Cemdap.

Figura 3. Livro de memórias



Fonte: Biblioteca do CA da UFPE.

Sobre os temas descritos acima, foram encontrados muitos folhetos no acervo do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap). Também foram encontrados no Cemdap algumas atas de reunião e vários textos que tratavam sobre a importância da formação de líderes, outro tema muito debatido nos COE, principalmente nos últimos cadernos publicados.

Quanto ao Colégio de Aplicação da UFPE, é importante informar que este estudo se deparou com uma grande ausência documental do período ginásial dessa instituição. Devido à realidade imposta por essa carência documental, recorreu-se à análise dos depoimentos de alunos e de docentes do colégio que estão presentes no livro de memórias comemorativo aos 40 anos de existência dessa instituição. Nesse livro, existem relatos sobre o trabalho do SOE e sobre as atividades extraclasse que eram realizadas, sendo esse tema amplamente debatido no caderno de número 23, que tem por título *A Orientação Educacional e a Escola – Atividades Extraclasse, Serviços Médicos, Recreação*.

Concluiu-se que os Cadernos de Orientação Educacional publicados pela Cades demonstravam uma preocupação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a formação do orientador educacional em um período no qual a legislação sobre esta profissão ainda estava sendo construída e promulgada e que as discussões e orientações presentes nesses cadernos possibilitaram, aos profissionais presentes tanto no Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS) quanto no Ginásio de Aplicação da Universidade do Recife (UR), uma melhor compreensão a respeito do seu trabalho de modo a fundamentarem e nortear as práticas que realizavam de forma mais assertiva.

REFERÊNCIAS

AMADO, Gildásio. Apresentação. **Escola Secundária**. Rio de Janeiro: MEC, nº 1, junho de 1957, p. 3.

BRASIL. **Decreto nº 4.244 de 09/04/1942**. Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.053 de 12/03/1946**. Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 34.638 de 17/11/1953**. Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.564 de 21/12/1968**. Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5564.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. **Lei 5.692 de 11/08/1971**. Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 10 fev. 2021.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Gualhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Caderno de Memórias 25 Anos (1967-1992): Jubileu de Prata, 1992**. (Pacotilha 22).

EBC. Empresa Brasil de Comunicações. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-07/cem-anos-do-radio-no-brasil-carater-educativo-marca-historia-da-midia>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FEUSP. Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. **23 Cadernos de Orientação Educacional/ 1959-1965**.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A importância da Orientação Educacional no processo educativo**. 428 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, 1976.

KUMM, Arlete Steil. **Interrogações e exclamações no cotidiano escolar da orientação educacional**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí/SC, 2009.

LUCIO, Alicia Mariani. **Entre a “panaceia”, a “ponte” e a formação: a Orientação Educacional na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) nas décadas de 1950 e 1960**. 363 f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2022.

MARQUES, Herádio Conduru Pinto. A Orientação Educacional e seus porquês. *In: Revista Escola Secundária*. Rio de Janeiro: MEC, nº13, junho de 1960a, p. 20-24.

UFPE. **Colégio de Aplicação, 40 anos, 1958-1998**: um autorretrato/apresentação Sebastião e Thereza; prefácio de Mozart Neves Ramos. Editora Universitária da UFPE, Recife, 1998.